



**Fundação Bienal de São Paulo**

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2015

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio social	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**KPMG Auditores Independentes**  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518  
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500  
Fax 55 (11) 3940-1501  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Conselheiros e Diretores da  
Fundação Bienal de São Paulo  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Bienal de São Paulo (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevantes, independente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Bienal de São Paulo em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 12 de abril de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'm. pontieri'.

Marco Antonio Pontieri  
Contador CRC 1SP153569/O-0

# Fundação Bienal de São Paulo

CNPJ: 60.991.585/0001-80

## Balanco Social em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2015	2014	Passivo	Notas	2015	2014
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
<b>Caixas e Equivalentes de Caixa</b>				Fornecedores sem Restrição	7	35	117
Caixa	3	3	3	Fornecedores com Restrição	7	153	1.005
Bancos Conta Movimento - Recursos sem Restrição	3	142	348	Obrigações com Empregados		484	605
Bancos Conta Movimento - Recursos com Restrição	3	3.897	7.143	Obrigações Tributárias		40	84
Aplicações Financeiras - Recursos sem Restrição	3	3.564	4.595	Outras Contas a Pagar	8	2.796	2.918
Aplicações Financeiras - Recursos com Restrição	3	15.461	4.184	Adiantamento de Cessionários	9	1.434	1.471
		<b>23.067</b>	<b>16.273</b>			<b>4.942</b>	<b>6.199</b>
<b>Créditos a receber</b>	4	<b>230</b>	<b>125</b>				
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos Judiciais	11	<b>50</b>	<b>80</b>	Outras contas a pagar	8	4.575	7.122
<b>Imobilizado</b>				Provisão para contingências	11	50	262
Bens sem Restrição	5	7.832	7.799	Subvenções a Realizar	10	20.501	11.477
(-) Depreciação Acumulada	5	(3.096)	(2.677)			<b>25.126</b>	<b>18.861</b>
		<b>4.736</b>	<b>5.121</b>				
<b>Intangível</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Direitos de Uso de Software	6	1.312	1.312	Patrimônio Social	12	199	199
Outros Bens Intangíveis	6	1.393	1.393	Outras Reservas	12	2.437	2.437
(-) Amortização Acumulada	6	(1.316)	(1.096)	Reserva de Reavaliação	12	1.884	2.093
		<b>1.389</b>	<b>1.609</b>	Déficits Acumulados		(6.373)	(8.617)
				Superávit do exercício		1.255	2.035
						<b>(598)</b>	<b>(1.853)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>29.471</b>	<b>23.208</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>29.471</b>	<b>23.208</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luis Terepins  
Presidente  
CPF: 913.274.318-15

Amarildo Firmino Gomes  
Contador  
CRC n° ISP 186464/O-2

# Fundação Bienal de São Paulo

CNPJ: 60.991.585/0001-80

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Notas	2015	2014
<b>Receitas operacionais</b>			
<b>Com restrição</b>			
Programas de Atividade Cultural	14	6.976	21.228
Receitas Financeiras	14	885	907
<b>Sem restrição</b>			
Contribuições e Doações	14	7.750	10.747
Receitas Financeiras	14	740	353
Gratuidades Recebidas - Trabalhos Voluntários	14	-	40
<b>Total das receitas</b>		<b>16.351</b>	<b>33.274</b>
<b>Custos e despesas operacionais</b>			
Convênio MinC	15	(147)	-
PMSP-2013	15	-	(410)
PMSP-2014	15	(502)	(266)
PMSP-2015		(100)	-
ProAC	15	(662)	(1.458)
PRONAC	15	(5.233)	(20.434)
<b>(-) Despesas</b>		<b>(6.644)</b>	<b>(22.568)</b>
<b>(=) Resultado bruto</b>		<b>9.707</b>	<b>10.706</b>
<b>(+/-) Despesas operacionais</b>			
Despesas com Pessoal		(4.325)	(4.051)
Despesas Administrativas e Gerais		(2.643)	(3.513)
Despesas Depreciação/Amortização		(491)	(703)
Despesas Fiscais/Trabalhistas e Cíveis		(252)	(111)
Despesas Financeiras		(741)	(292)
<b>Total das despesas e receitas operacionais</b>		<b>(8.452)</b>	<b>(8.671)</b>
<b>(=) Superavit/Deficit do Período</b>		<b>1.255</b>	<b>2.035</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

\_\_\_\_\_  
Luis Terepíns  
Presidente  
CPF: 913.274.318-15

\_\_\_\_\_  
Amarildo Firmino Gomes  
Contador  
CRC nº ISP 186464/O-2

## Fundação Bienal de São Paulo

CNPJ: 60.991.585/0001-80

### Demonstrações do resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

*(Em milhares de Reais)*

	2015	2014
Superávit do exercício	<u>1.255</u>	<u>2.035</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><b>1.255</b></u>	<u><b>2.035</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Fundação Bienal de São Paulo

CNPJ: 60.991.585/0001-80

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Superavit/Déficit acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2014	199	2.437	2.301	(8.825)	(3.888)
Realização das reservas de reavaliação			(208)	208	-
Superávit				2.035	2.035
Saldos em 31 de dezembro de 2014	199	2.437	2.093	(6.582)	(1.853)
Realização das reservas de reavaliação			(208)	208	-
Superávit				1.255	1.255
Saldos em 31 de dezembro de 2015	199	2.437	1.885	(5.119)	(598)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luis Terepins  
Presidente

CPF: 913.274.318-15

Amarildo Firmino Gomes  
Contador

CRC nº 1SP 186464/O-2

# Fundação Bienal de São Paulo

CNPJ: 60.991.585/0001-80

## Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Descrição	2015	2014
<b>Superavit/(Deficit) do Exercício</b>	<b>1.255</b>	<b>2.035</b>
<b>Ajustes Por</b>		
Baixa de imobilizado por obsolescência	5	11
Provisão/(Reversão) para contingências	(212)	111
Depreciação e amortização	638	593
<b>Superávit (déficit) do exercício ajustado</b>	<b>1.686</b>	<b>2.750</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:</b>		
Créditos a receber	(149)	-
Adiantamentos e despesas antecipadas	45	19
Depósitos judiciais	31	(49)
Fornecedores com e sem restrição	(933)	705
Obrigações tributárias	(45)	22
Obrigações com empregados	(121)	26
Adiantamento de cessionários	(38)	(155)
Outras contas a pagar	(2.669)	(1.525)
Subvenções a realizar	9.025	(1.611)
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>5.146</b>	<b>(2.567)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(38)	(103)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(38)</b>	<b>(103)</b>
<b>Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6.794</b>	<b>80</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>16.273</b>	<b>16.193</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>23.067</b>	<b>16.273</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

\_\_\_\_\_  
Luis Terepins  
Presidente  
CPF: 913.274.318-15

\_\_\_\_\_  
Amarildo Firmino Gomes  
Contador  
CRC nº 1SP 186464/O-2

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Fundação Bienal de São Paulo - “Fundação” tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está estabelecida no Pavilhão “CICCILLO MATARAZZO” - Parque Ibirapuera - Portão 3, e tem prazo de duração indeterminado.

A Fundação foi criada e instituída em 08 de maio de 1962, instituição de natureza educacional e cultural, sem fins lucrativos e sem vinculações políticas ou religiosas, declarada de utilidade pública, tem como objetivo a promoção e o patrocínio de eventos artísticos e culturais de modo geral e, especificamente, de exposições de artes plásticas - ditas “BIENASIS”.

A receita da Fundação é constituída por doações, subvenções e pela renda derivada de seu patrimônio ou da exploração de suas atividades estatutárias.

### **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

#### **2.1 Base de preparação e apresentação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), e considerando as premissas da Resolução CFC n.º 1.409/12 que aprova a ITG 2012 - entidade sem finalidade de lucros. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais mil (R\$), que é a moeda funcional da Fundação Bienal e, também, a sua moeda de apresentação.

A Autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Superintendencia em 23 de março de 2016.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social são: (a) provisão para contingências; (b) depreciação e amortização.

#### **2.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a noventa dias considerada a data de aquisição, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## **2.3 Instrumentos financeiros**

### **2.3.1 Classificação**

A Fundação classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Fundação não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

*a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

Os ativos financeiros avaliados a valor justo correspondem a Certificados de Depósitos Bancários, valorizados com base no rendimento auferido no período, calculado com base na taxa de juros aplicável para seu resgate imediato.

*b. Empréstimos e recebíveis*

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço social (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis compreendem adiantamentos de cessionários, tributos a recuperar, outras contas a pagar, depósitos judiciais, entre outras.

### **2.3.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Fundação se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras" no período em que ocorrem.

A norma contábil para instrumentos financeiros estabelece uma hierarquia de três níveis para valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Fundação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. Abaixo descrevemos os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercado ativos idênticos ou passivos;

- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercado não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

A Fundação classifica seus instrumentos financeiros como nível 2 na hierarquia do valor justo.

### **2.3.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - Impairment**

A Fundação avalia no final de cada exercício se há evidência de que o ativo financeiro está deteriorado. Um ativo financeiro está deteriorado e a redução do valor recuperável é incorrida somente se há evidência objetiva de redução do valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Se identificada a perda, o valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido no resultado.

## **2.4 Imobilizado e intangível**

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo, menos depreciação acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos durante a vida útil estimada dos ativos.

O intangível está representado pelo Dossiê Ciccilo Matarazzo, Documentações Iconográficas das Bienais, Softwares e licenças de uso softwares. A Amortização é calculada com base no método linear de acordo com a vida útil dos ativos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

## **2.5 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

Refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano da data-base das demonstrações financeiras. Caso contrário, os saldos são apresentados no passivo não circulante.

## **2.6 Demais ativos e passivos circulantes**

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

## **2.7 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Fundação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## **2.8 Contingências ativas e passivas**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- a. Ganhos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- b. Contingências passivas - são provisionadas levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas em notas explicativas às demonstrações financeiras, e as classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

## **2.9 Patrimônio líquido**

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do resultado apurado em cada exercício, e são registrados na conta de reservas de capital.

## **2.10 Reconhecimento da receita**

As receitas com doações são registradas por regime de caixa e os custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência. As receitas com doação governamental são reconhecidas de acordo com os requerimentos da NBC TG 07 - subvenção e assistências governamentais.

A receita de cessão de espaço é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

### **a. Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida com base no método de taxa de juros efetiva.

### 3 Caixa e equivalentes de caixa

Abaixo apresentamos a composição de caixa e equivalentes de caixa:

	2015	2014
Caixa	3	3
Bancos conta movimento sem restrição	142	348
Bancos conta movimento com restrição	3.897	7.143
Aplicações financeiras em CDB - sem restrição	3.564	4.595
Aplicações financeiras em CDB - com restrição	15.461	4.184
	<u>23.067</u>	<u>16.273</u>

As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, com remuneração equivalente a 100% da variação do Índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo ativos financeiros de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor. Os rendimentos auferidos até a data do balanço são apropriados ao resultado do exercício. As referidas aplicações não estão sujeitas a qualquer penalidade pelo seu resgate antecipado, como a redução da taxa de rendimentos.

### 4 Créditos a receber

Os créditos a receber estão representados da seguinte forma:

	2015	2014
Créditos a receber (i)	149	-
Fornecedores (ii)	14	30
Adiantamento de férias e 13º Salário	52	76
Prêmios de seguros a apropriar	15	19
	<u>230</u>	<u>125</u>

- (i) Os créditos a receber são reembolsos de despesas dos cessionários, à título de ressarcimento pelo consumo de energia elétrica e água, pintura do pavilhão referente a área utilizada e por danos estruturais causados nas dependências do pavilhão durante a realização de seus eventos.
- (ii) O adiantamento a fornecedores são valores adiantados a fornecedores/prestadores de serviços para futura prestação de contas, e são baixados da contabilidade após a entrega da documentação fiscal.

## 5 Imobilizado sem restrição

a. Abaixo apresentamos a composição do ativo imobilizado sem restrição.

	Prazo de depreciação	Taxa a.a.	Custo	Depreciação acumulada	2015 Líquido	2014 Líquido
Edificações	25	4%	3.563	(621)	2.942	3.088
Equipamentos de informática	10	10%	274	(207)	67	79
Instalações	20	5%	2.876	(1.465)	1.411	1.559
Máquinas/Equipamentos	20	5%	368	(227)	141	158
Móveis e utensílios	20	5%	638	(465)	173	222
Veículos	5	20%	105	(105)	-	12
Equipamentos de comunicação	20	5%	8	(6)	2	3
			<u>7.832</u>	<u>(3.096)</u>	<u>4.736</u>	<u>5.121</u>

b. A movimentação do imobilizado está assim representada:

	2015	2014
<b>No início do exercício</b>	5.121	5.427
Aquisição de bens	38	56
Baixas de bens	(5)	(11)
Depreciação	<u>(418)</u>	<u>(351)</u>
<b>No final do exercício</b>	<u>4.736</u>	<u>5.121</u>

## 6 Intangível

	Prazo de depreciação	Taxa a.a.	Custo	Amortização acumulada	2015 Líquido	2014 Líquido
Dossiê Ciccillo Matarazzo (i)	10	10%	394	(39)	355	394
Doc. Iconográfica Bienais (ii)	10	10%	360	(36)	324	360
Acervo (iii)	-	-	639	0	639	639
Software	5	20%	1.244	(1.215)	29	161
Licença uso de software	5	20%	68	(26)	42	55
			<u>2.705</u>	<u>(1.316)</u>	<u>1.389</u>	<u>1.609</u>

- (i) Dossiê Ciccillo Matarazzo refere-se a um conjunto de documentos históricos, no qual se encontram documentos, fotografias e objetos pessoais de Ciccillo Matarazzo, fundador da Fundação Bienal de São Paulo e outras instituições. Este conjunto de documentos foi doado pela família à Fundação após a morte de Ciccillo Matarazzo. O montante registrado refere-se ao empenho de limpeza, conservação e catalogação dos documentos históricos recebidos.
- (ii) Esse saldo refere-se à documentação iconográfica das Bienais e à restauração, conservação e higienização do acervo do Arquivo Histórico da Fundação. Foi realizado um plano de classificação, ordenação e das ampliações fotográficas, revisão do banco de dados e núcleo de

gestão documental. Implantamos a depreciação da Documentação Iconográfica das Bienal à partir de 2015 com taxa de depreciação de 10% aa.

- (iii) O acervo da Fundação Bienal é composto basicamente pela documentação contida no Arquivo Histórico, o qual contém documentos, pastas, livros, fotografias, negativos, filmes e outros materiais relativos à Bienais e arte em geral. Este acervo é organizado e mantido pela Fundação principalmente para consultas e pesquisas do público interno e externo.

A Fundação Bienal não possui acervo significativo de obras de arte. As obras que integram as Bienais de São Paulo não são de propriedade da Fundação, são emprestadas para a mostra ou feitas para a mostra e depois entregues aos artistas. As obras incluídas no item Acervo acima são telas, gravuras, fotografias e esculturas doados à Fundação, os quais se encontram identificados no ativo fixo e estão fisicamente distribuídos nas dependências da área administrativa e no Arquivo Histórico da Fundação.

A movimentação do intangível está assim representada:

	2015	2014
<b>No início do exercício</b>	<b>1.609</b>	<b>1.802</b>
Aquisição de bens	-	47
Amortização	(220)	(240)
	<u>          </u>	<u>          </u>
<b>No final do exercício</b>	<b><u>1.389</u></b>	<b><u>1.609</u></b>

## 7 Fornecedores

Abaixo apresentamos os saldos de fornecedores segregado em: fornecedores com restrição e fornecedores sem restrição. Os fornecedores sem restrição são inerentes a manutenção das operações rotineiras da Fundação e os fornecedores com restrição estão relacionando aos projetos gerenciados pela Fundação e patrocinados pelo MinC e PMSP:

### Fornecedores sem restrição

	2015	2014
Diversos	<u>35</u>	<u>117</u>
<b>Total</b>	<b><u>35</u></b>	<b><u>117</u></b>
<b>Fornecedores com restrição</b>		
Proac	10	69
31ª Curatorial - Pronac 135202	-	19
31ª Exposição - Pronac 137748	-	829
31ª Itinerância - Pronac 149367	3	-
32ª Curatorial - Pronac 1410646	46	-
PMSP 2014 (Prefeitura Municipal de São Paulo)	-	88
PMSP 2015 (Prefeitura Municipal de São Paulo)	<u>94</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<b><u>153</u></b>	<b><u>1.005</u></b>

## 8 Outras contas a pagar

Abaixo apresentamos a composição analítica de “outras contas a pagar” relativos ao circulante e não circulante:

	Circulante		Não circulante	
	2015	2014	2015	2014
Reclamação Trabalhista	-	45	-	-
Outros valores a pagar	249	-	-	-
Parcelamento - Convênios MinC	2.547	2.873	4.575	7.122
	<b>2.796</b>	<b>2.918</b>	<b>4.575</b>	<b>7.122</b>

O saldo de “outras contas a pagar” em 31 de dezembro de 2015 totaliza o montante de R\$ 7.371, considerando o circulante e não circulante, e refere-se substancialmente ao acordo de confissão de dívida e parcelamento de débitos firmados entre o MinC (Ministério da Cultura) e Fundação em 20 de maio de 2013, conforme nota explicativa nº 19. Durante o exercício de 2015 a Fundação efetuou o pagamento das parcelas mensais totalizando o montante de R\$ 2.873.

## 9 Adiantamento de cessionários

Refere-se a contratos de Termos de Cessão de Áreas-TCA, que são doados antecipadamente pelos cessionários para realizarem seus eventos no Pavilhão Ciccillo Matarazzo e no Lounge da Fundação Bienal. Tais adiantamentos são contabilizados como receitas (resultado) no mês da realização do evento. Em 31 de dezembro de 2015 a Fundação possui registrado o montante de R\$ 1.434 (R\$ 1.471 em Dez/2014)

## 10 Subvenção a realizar

A Subvenção a realizar ao final do exercício de 2015 é composta pelos seguintes projetos:

Subvenções a realizar	Valor total Projeto	Vigência		Saldos em 01/01/2015	Captação Recursos	Rendimento financeiro	Transf.	Consumo	Saldos em 31/12/2015
		Início	Fim						
Revitalização do Pavilhão (i)	5.000	28/12/2009	29/09/2011	1.799	-	-	-	(147)	1.652
Prefeitura do Município SP 2015-(ii)	2.730	17/12/2015	31/05/2016	-	2.730	10	-	(380)	2.360
Itinerância 31ª Bienal SP-Pronac 49367(iii)	5.307	03/11/2014	30/04/2016	3.770	850	372	-	(3.881)	1.111
32ª Bienal Curatorial-Pronac 1410646 (iv)	3.315	20/11/2014	31/12/2016	3.200	115	398	-	(440)	3.273
32ª Bienal Expográfico-Pronac 151899 (v)	38.588	30/06/2015	31/12/2016	-	12.105	-	-	-	12.105
31ª Bienal SP Curatorial-Pronac 135202	3.799	11/10/2013	28/02/2015	597	-	7	-	(604)	-
31ª Bienal SP Expográfico-Pronac 137748	27.591	30/11/2013	31/03/2015	32	-	4	-	(36)	-
Prefeitura do Município SP 2014	2.566	17/11/2014	31/05/2015	1.559	-	32	-	(1.591)	-
ProAC 14366	1.197	01/07/2014	01/08/2015	520	55	26	(113)	(488)	-
				<b>11.477</b>	<b>15.855</b>	<b>849</b>	<b>(113)</b>	<b>(7.567)</b>	<b>20.501</b>

- (i) A revitalização do Pavilhão da Fundação Bienal foi um projeto que visou manter e restabelecer conceitos do projeto de Oscar Niemeyer, por meio da reforma e adaptação das áreas administrativas, que foram remanejadas, retiradas e delimitadas as alvenarias e instalações provisórias, devolvendo ao pavilhão as originais e principais características arquitetônicas e seu projeto original.
- (ii) A Subvenção da Prefeitura de São Paulo é uma contribuição anual de 21.000 UFM's definida por decreto municipal. O valor desta subvenção destina-se ao custeio da manutenção e conservação do Pavilhão da Fundação Bienal e ao pagamento de salários e encargos dos funcionários da Fundação durante o ano.
- (iii) O projeto “Itinerância da 31ª Bienal” tem como objetivo a concepção, produção e execução de cerca de 8 mostras itinerantes com obras selecionadas pelos Curadores da 31ª Bienal. Estas mostras com partes da 31ª Bienal que ocorreu em São Paulo de setembro a dezembro de 2014 percorrerão 7 diferentes cidades no Brasil e uma em Portugal (Porto) ao longo do ano de 2015.

- (iv) O objeto do Projeto Curatorial da 32ª Bienal compreende a seleção e contratação da equipe curatorial e das demais equipes necessárias à concepção, preparação, pré-produção e divulgação prévia da 32ª Bienal de São Paulo. As equipes necessárias a realização da mostra compreenderão: Curadores e seus assistentes, assessores para as áreas de Produção e Comunicação, que serão contratados especificamente para este projeto e estarão responsáveis pelas fases iniciais de concepção, formação e pré-produção da mostra.
- (v) O Projeto Expositivo da 32ª Bienal de São Paulo objetiva a realização da 32ª edição da Bienal de São Paulo. O projeto contempla todas as atividades necessárias para o preparo, montagem, organização, desmontagem e registro do evento, incluindo a contratação de equipes profissionais responsáveis pela produção, expografia, montagem, programas e atividades artísticas, educativas, editoriais e de comunicação da 32ª Bienal de São Paulo, e as despesas relativas de todas as atividades previstas. A mostra pretende, como tradicionalmente faz há 60 anos, selecionar e expor durante três meses, de 5 de setembro a 11 de dezembro de 2016 no Pavilhão Cicillo Matarazzo, obras significativas que componham um panorama das mais importantes manifestações da arte contemporânea brasileira e mundial.

## 11 Contingências passivas

Na data das demonstrações financeiras, a Fundação apresentava as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

	2015			2014
	Depósito judicial	Provisão para contingência	Líquido	Líquido
Contingências Trabalhistas	(50)	50	-	31
Contingências Cíveis	-	-	-	151
	<b>(50)</b>	<b>50</b>	<b>-</b>	<b>182</b>

Em 31 de dezembro de 2015, a Fundação Bienal possui um processo judicial de natureza trabalhista, sendo analisado e avaliado por seus assessores jurídicos com risco de perda provável, por isso a Fundação efetuou o provisionamento integral dos montantes envolvidos. Não há processos avaliados com perda possível por seus assessores jurídicos que necessitem de divulgação.

	2014	Adição	Baixa	2015
Contingências trabalhistas	111	-	(61)	50
Contingências Cíveis	151	-	(151)	-
	<b>262</b>	<b>-</b>	<b>(212)</b>	<b>50</b>

## 12 Patrimônio líquido

### a. Patrimônio social

Está apresentado pelos montantes históricos dos superávits/déficits apurados anualmente.

### b. Outras reservas

Composta, substancialmente, pelas doações de bens recebidas, desde a data de sua constituição.

### c. Reserva de reavaliação

Constituída em 30 de dezembro de 2006, suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes, que é decorrente de ativos próprios representados por obras civis, instalações, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de resultado acumulados por depreciação baseada na estimativa da vida útil econômica revisada dos bens. A realização da reserva é feita de forma linear pelo prazo de 15 anos e faltam 9 anos para o término da realização.

### **13 Aspectos fiscais**

A lei complementar a que se refere o art. 150, VI, “c”, é o Código Tributário Nacional (“CTN”), que, em seu artigo 14, fixou três requisitos para o gozo do benefício tributário pelas entidades de assistência social: (i) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (ii) aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e (iii) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão, também introduzido em sede constitucional pelo art. 31, da Constituição Federal de 1946, mantido no art. 20 da Carta de 1969 e, finalmente, no art. 150 VI “c” da Constituição de 1988, é vedado à União, aos Estados e Municípios instituir impostos sobre a renda, patrimônio e serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos previstos em lei.

Para ser considerada uma instituição de educação e assistência social, não basta, portanto, que o estatuto social preveja a condição de que a Fundação seja ‘sem fins lucrativos’, mas também que, desde sua criação, fique claramente demonstrado, pelo objetivo estatutário e pela prática cotidiana, que a Fundação não se destina à satisfação de interesses de seus instituidores ou dirigentes, mas sim, à realização de atividades de caráter altruístico, voltadas ao interesse coletivo e ao desenvolvimento e bem estar da comunidade em que atua.

A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei no 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Fundação.

Quanto ao Imposto Sobre Serviços, a sua imunidade foi formalmente reconhecida pela Prefeitura do Município de São Paulo, devendo esta ser reconhecida e acatada por outros municípios tendo em vista que o art. 3º da Lei complementar 116, de 31 de julho de 2003, dispõe que “o serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador”.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacam-se o seguinte: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), alíquota de 28,8% sobre o montante da folha de pagamento.

### **14 Receitas**

Abaixo apresentamos as receitas com restrição relacionadas aos projetos e as receitas sem restrição originadas pelas operações e ações da Fundação:

#### **Com restrição**

Programas de atividades culturais

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Convênio - MinC -Revitalização do Pavilhão	147	147
Prefeitura Municipal de São Paulo 2014	1.559	1.007
Prefeitura Municipal de São Paulo 2015	371	-
Programa de Apoio a Cultura - PROAC	576	226
Programa Nacional de Apoio a Cultura - PRONAC	4.323	19.847
Rendimentos Financeiros	885	907
<b>Total</b>	<b><u>7.861</u></b>	<b><u>22.134</u></b>

### **Sem restrição**

#### *Contribuições, doações e outras*

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Receitas de Doações	3.065	5.895
Cessão de Área	4.685	4.152
Eventos Bienal 2014/2015	-	699
Rendimentos financeiros	740	353
Gratuidades recebidas	-	40
<b>Total</b>	<b><u>8.490</u></b>	<b><u>11.139</u></b>

As receitas de doações são obtidas por meio de parceria com o Serviço Social do Comércio-SESC, por conta de seminários, Encontros Abertos e “workshops” concebidos e conduzidos pelo Programa Educativo da Fundação e pela co-produção de obras que integraram as mostras itinerantes da 31ª Bienal pelas unidades do SESC; apoio de representações (consulados e embaixadas) e institutos nacionais que colaboram com a participação dos artistas de seus respectivos países nas exposições organizadas pela Fundação; e Outras Receitas como doações e vendas em consignação dos catálogos das exposições.

As receitas são recebidas de fontes diversas e são direcionadas ao custeio de despesas dos projetos da Fundação Bienal.

## **15 Custos e despesas operacionais**

Abaixo apresentamos as despesas por projeto:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Convênio - MinC -Revitalização do Pavilhão	( 147)	-
Despesas Prefeitura Municipal de São Paulo 2013	-	(410)
Despesas Prefeitura Municipal de São Paulo 2014	(502)	(266)
Despesas Prefeitura Municipal de São Paulo 2015	(100)	-
Programa de Apoio a Cultura - PROAC	(662)	(1.458)
Programa Nacional de Apoio a Cultura - PRONAC	(5.233)	(20.434)
<b>Total - Com restrição</b>	<b><u>(6.644)</u></b>	<b><u>(22.568)</u></b>
Eventos Bienal 2014	-	(922)
<b>Total - Sem Restrição</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(922)</u></b>
<b>Total Despesas</b>	<b><u>(6.644)</u></b>	<b><u>(23.490)</u></b>

## 16 Cobertura de seguros

As coberturas contra eventuais sinistros foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza das suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2015, a posição pode ser assim sumariada:

<b>Modalidade</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Limites de cobertura</b>
Cobertura Básica - Incêndio (Inclusive decorrente de Tumultos), Raio e Explosão de qualquer Natureza	20/08/2016	R\$ 47.000.000
Vendaval, Fumaça, Ciclone, Tornado, Granizo, Queda de Aeronaves, Impacto de Veículos Terrestres e Fumaça	20/08/2016	R\$ 850.000
Tumultos (Com Atos Dolosos)	20/08/2016	R\$ 170.000
Danos Elétricos	20/08/2016	R\$ 550.000
Roubo e/ou Furto Qualificado de Bens	20/08/2016	R\$ 87.000
Equipamentos Cinematográficos (Inclusive uso Externo)	20/08/2016	R\$ 33.000
Equipamentos Eletrônicos (Sem Roubo)	20/08/2016	R\$ 87.000
Equipamentos Estacionários	20/08/2016	R\$ 81.000
Equipamentos Móveis	20/08/2016	R\$ 95.000
Roubo de Valores (Interior Estabelecimento)	20/08/2016	R\$ 11.000
Quebra de Vidros (Sem Quebra Espontânea)	20/08/2016	R\$ 55.000
Responsabilidade Civil Operações	20/08/2016	R\$ 350.000
Lucros Cessantes (Decorrentes de Cobertura Básica - Período Indenitário 12 meses)	20/08/2016	R\$ 2.750.000
Danos por Água	20/08/2016	R\$ 100.000

Lucros cessantes: apesar de ser uma entidade sem fins lucrativos, a cobertura de lucros cessantes na apólice da Fundação se justifica pela eventual impossibilidade da Fundação realizar a cessão do espaço do pavilhão para eventos de terceiros. Sendo esta sua principal fonte de receitas, caso a Fundação não aufera receitas pela cessão do espaço, poderá receber da seguradora o valor da cobertura registrada na apólice.

O valor de prêmio pago em 2015 foi de R\$ 24. Esta despesa é registrada na rubrica “Ativo circulante - Adiantamentos”, apropriado pro-rata conforme a vigência da apólice no resultado na rubrica “Despesas administrativas e gerais”.

## 17 Trabalho voluntário

A Resolução CFC nº. 1.409 que aprovou a NBC ITG Entidades sem fins lucrativos, determina que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Em atendimento a esta norma e com base nos registros da Fundação, foram levantados e valorizados todos os trabalhos voluntários prestados para a Fundação no exercício de 2014. A mensuração dos trabalhos voluntários levou em consideração os controles existentes para os prestadores de serviços voluntários. Todo prestador de serviços voluntários firma com a Fundação um contrato de prestação de serviços voluntários, elaborado nos termos da Lei nº 9.608 de 18/02/1998 que regula o trabalho voluntário e no qual é estabelecido o número de horas de dedicação do voluntário. Calculou-se o valor a ser reconhecido em 2014 para o

trabalho voluntário desenvolvido na Fundação multiplicando-se o número de horas dedicadas pelos voluntários pelo valor da hora dos prestadores de serviços com funções equivalentes ou similares aos voluntários, contratados pela própria Fundação ou, quando não havia este parâmetro, pelo valor definido para a função desempenhada pelo voluntário na “Lista de Mão de Obra”, tabela de remuneração divulgada pelo Ministério da Cultura e elaborada pela FGV - Fundação Getulio Vargas e IBRE.

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação pagaria caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalho voluntário são reconhecidas no resultado do exercício em contra partida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2015 por não ser ano de Exposição a Fundação não manteve voluntários.

## **18 Planejamento financeiro parcelamento Ministério da Cultura - MinC**

Em 20 de maio de 2013 a Fundação Bienal de São Paulo e o Ministério da Cultura - MinC assinaram um acordo de confissão de dívida e parcelamento de débito para reconhecer e parcelar a dívida da instituição perante ao Ministério da Cultura - MinC, tendo em vista irregularidades apontadas nas prestações de contas de repasses de recursos federais recebidos em 14 Convênios do período 1999-2007, de números: 344/1999, 012/1999, 075/2001, 366/2001, 178/2002, 505/2002, 540/2002, 177/2003, 211/2004, 520/2004, 351/2005, 888/2005, 399/2006 e 557/2007.

Por meio do acordo firmado a Fundação Bienal reconheceu dever ao MinC R\$ 12.217, em valores atualizados em 30 de abril de 2013, a serem pagos em até 52 parcelas, de acordo com um cronograma mutuamente aceito. O reconhecimento da dívida, o compromisso de pagamento parcelado e a assinatura do acordo permitiram que o nome da Fundação Bienal fosse retirado do cadastro de inadimplentes do MinC e pudesse retomar suas atividades de condução de projetos culturais, de apresentação de novos projetos e de captação de recursos incentivados, antes suspensas por conta da inadimplência.

O total do acordo foi apresentado pela Fundação Bienal ao MinC, após extenso trabalho de auditoria realizado em 2012 e primeiro trimestre de 2013 por empresa de auditoria independente contratada pela Fundação Bienal. Os auditores, sob orientação da Fundação Bienal e do MinC, identificaram todos os lançamentos contábeis dos 14 convênios e revisaram a adequação dos mesmos, para fins de prestação de contas, considerando os critérios estabelecidos pela regulamentação pertinente. O montante de R\$ 12.217 corresponde à somatória das despesas glosadas pelo MinC nos 14 convênios firmados com a Fundação Bienal, pelo fato destas despesas:

- a. não disporem de comprovante fiscal hábil;
- b. não fazerem parte do plano de trabalho do convênio;
- c. terem sido efetuadas antes ou depois da data de vigência dos convênios e/ou
- d. terem sido efetuadas com partes relacionadas à instituição, a saber, os fornecedores eram empresas controladas por dirigente da Fundação Bienal à época do convênio.

Abaixo apresentamos a composição dos convênios, parcelas e valores incluídos no acordo:

Convênio	Código	Nomenclatura	Saldo na data do acordo por convênio	Quant. de parcelas por convênio	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2014	
1	344/1999	999385	Produção/Concepção Curatorial da 25ª Bienal de São Paulo	247	12	-	-
2	012/1999	996036	48ª Bienal de Veneza-Participação Brasileira	327	16	327	327
3	075/2001	006968	Apoio às Comemorações dos 50 Anos da Bienal de São Paulo	652	24	-	326
4	366/2001	016118	Apoio à Preparação da 25ª Edição da Bienal de São Paulo	1.398	36	466	932
5	178/2002	027605	Apoio à Realização da 25ª Bienal de São Paulo	1.146	52	618	881
6	505/2002	028097	8ª Mostra Internacional de Arquitetura de Veneza	427	8	-	-
7	540/2002	028563	Apoio à Preparação da 26ª Edição da Bienal de São Paulo	2.806	40	1.964	2.807
8	177/2003	036025	Pré-Produção Artística da 26ª Bienal de São Paulo	1.469	40	1.028	1.469
9	211/2004	041540	Apoio à 26ª Edição da Bienal de São Paulo - 2004	1.780	40	1.246	1.780
10	520/2004	046642	Itinerância 26ª Bienal (Salvador, Buenos Aires, Santiago e Lima)	363	16	363	363
11	888/2005	053207	Plano de Atividades da FBSP em 2006 - 27ªBSP,MIA Veneza,AHWS	354	8	-	-
12	351/2005	066927	Apoio ao Encontro Nacional de Cultura Educação e Cidadania - 2006	92	8	-	-
13	399/2006	067151	Execução Final da 27ª Bienal de São Paulo	1.110	16	1.110	1.110
14	557/2007	710110	Fomento da Arte Contemporânea	46	8	-	-
			<b>12.217</b>		<b>7.122</b>	<b>9.995</b>	

O saldo devedor atualizado em 31/12/2015 monta o total de R\$ 11.397, calculado pela taxa Selic mais 1% aa.

Abaixo a situação dos 14 convênios parcelados junto ao Ministério da Cultura:

1. Prestação de contas aprovada conforme Laudo Final de Reversão da Reprovação nº 001/2015/CGEPC/DIC/SEFIC/MinC. Ofício 82/2015/GAB/SEFIC-MinC expedido em 13/02/2015. Pagamentos efetuados no período de janeiro à dezembro de 2014;
2. Aguarda análise técnico/financeira. Parcelas com vencimentos no período de janeiro de 2017 a abril de 2018;
3. Análise de resposta de diligência. Pagamentos efetuados no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015;
4. Análise Financeira da Prestação de Contas. 24 parcelas pagas no período de janeiro de 2014 a dezembro 2015, restando 12 parcelas com vencimentos no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2016;
5. Análise Financeira da Prestação de Contas. 24 parcelas pagas no período de janeiro de 2014 a dezembro 2015, restando 28 parcelas com vencimentos no período de janeiro de 2016 a abril de 2018;
6. Prestação de contas aprovada, conforme Laudo Final de Aprovação n.º 19/2013/CGEPC/DIC/SEFIC-MinC de 20/12/2013. Conveniente comunicada por meio dos Ofícios n.ºs 378 e 379/GAB/SEFIC-MinC em 23/12/2013, o MinC ainda indicou um crédito de R\$ 63.446,18 (Sessenta e três mil quatrocentos e quarenta e seis reais e dezoito centavos) em favor da Fundação Bienal, em função do valores recolhidos a maior pela conveniente, em face do Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito firmado com o Ministério da Cultura. Ofício 379/GAB/SEFIC-MinC expedido em 20/12/2013. Pagamentos efetuados no período de maio à dezembro de 2013;

7. Análise Financeira da Prestação de Contas. 12 parcelas pagas no período de janeiro a dezembro 2015, restante 28 parcelas com vencimentos no período de janeiro de 2016 a abril de 2018;
8. Análise Financeira da Prestação de Contas. 12 parcelas pagas no período de janeiro a dezembro 2015, restante 28 parcelas com vencimentos no período de janeiro de 2016 a abril de 2018;
9. Análise Financeira da Prestação de Contas. 12 parcelas pagas no período de janeiro a dezembro 2015, restante 28 parcelas com vencimentos no período de janeiro de 2016 a abril de 2018;
10. Aguarda análise técnico/financeira. Parcelas com vencimentos no período de janeiro de 2017 a abril de 2018;
11. Diligenciado - Prestação de Contas. Pagamentos efetuados no período de maio à dezembro de 2013;
12. Análise de resposta de diligência. Pagamentos efetuados no período de maio à dezembro de 2013;
13. Aguarda análise técnico/financeira. Parcelas com vencimentos no período de janeiro de 2017 a abril de 2018;
14. Análise de resposta de diligência. Pagamentos efetuados no período de maio à dezembro de 2013.

A Fundação Bienal possuía os seguintes objetivos ao contratar a auditoria para os projetos, em concordância com o MinC:

1. Reorganizar, formalmente, as prestações de contas dos 14 convênios, para que o MinC pudesse analisar novamente com maior agilidade e facilidade;
2. Em um segundo momento permitir a avaliação da melhor estimativa para o valor de despesas glosadas ou glosáveis, para que o MinC e a Fundação Bienal pudessem estabelecer as bases do acordo e iniciar os pagamentos;e
3. Permitir a Fundação Bienal sair da situação de inadimplência .

Desde maio de 2013 os pagamentos efetuados pela Fundação referente ao acordo de confissão de dívidas e parcelamento de débitos somam o total de R\$ 5.095, este valor representa a quitação de 41,7% do total da dívida. O restante da dívida acordada, está distribuída de modo crescente no cronograma de pagamentos, de forma a permitir à Fundação, ano a ano, acumular recursos livres suficientes para honrar os compromissos previstos pelo acordo até abril de 2018.

O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. A Fundação contabiliza o valor apresentado no boleto de cobrança do MinC.

A Fundação planeja gerar caixa suficiente para fazer frente a estes compromissos mediante a gradual redução de suas despesas e o aumento de suas receitas com a cessão do espaço do pavilhão, as quais são também crescentes nos próximos anos. Adicionalmente, a Fundação

planeja organizar jantares de pré-lançamento das Exposições, bem como outras campanhas para levantamento de doações livres. Estes fatores já foram levados em consideração por seus administradores quando da definição do cronograma de pagamentos do acordo de confissão de dívida e parcelamento de débitos negociado entre Fundação Bienal e MinC, de maneira a aumentar o caixa livre da instituição e garantir o cumprimento do acordo, minimizando o risco de inadimplência.

Os administradores também consideram que, caso haja disponibilidade de recursos, a Fundação poderá negociar com o MinC a antecipação de pagamentos futuros, com o objetivo de reduzir a incidência de juros e correção monetária sobre o valor principal do acordo.

## **19 Outras informações**

### **Instrumentos financeiros derivativos**

Durante os exercícios de 2015 e de 2014, a Fundação não operou com instrumentos financeiros derivativos.

### **Benefícios a empregados**

A Fundação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de bônus de desempenho ou de participações nos lucros e resultados, tendo em vista que é entidade sem fins lucrativos.

### **Partes relacionadas**

O Estatuto Social possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho, dessa forma, a Fundação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão de competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.